

Reitoria quer “compartilhar” laboratórios e docentes da USP com empresas privadas

Resolução 7.661 e Portaria GR 7.389 tendem a ampliar a influência dos interesses privados na universidade. Permitem tanto o “compartilhamento” de laboratórios, equipamentos e até materiais com empresas privadas e fundações privadas “de apoio”, como o afastamento de docentes e funcionários “para colaborar com empresa de base tecnológica ou para constituir empresa dessa espécie”. Isso apesar do déficit atual de 600 docentes efetivos e da escassez de técnicos de laboratório após o PIDV

A Reitoria da USP fez publicar no *Diário Oficial do Estado* de 23/5 e 24/5 duas medidas que “abrem a porteira” da universidade para uma interação ainda maior com capitais privados, porque permitem tanto o “compartilhamento” de laboratórios, equipamentos e até materiais com empresas privadas (previsto na Resolução 7.661), como o afastamento de docentes e de funcionários técnico-administrativos “para colaborar com empresa de base tecnológica ou para constituir empresa dessa espécie”, autorizado pela Portaria GR 7.389.

As medidas estão relacionadas à implantação do chamado “Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação”, que permitirá uma apropriação sem precedentes, pelo setor privado, do patrimônio público e do conhecimento produzido por instituições públicas de pesquisa (federais e estaduais). Um seminário realizado em 2018 pelo Tribunal de Contas (TCE-SP) apontou os riscos e paradoxos gerados por essa legislação federal (vide <http://bit.ly/2WRlrT>).

Embora tenha publicado as medidas no *Diário Oficial*, a Reitoria inicialmente optou por não divulgá-las no portal da USP. A notícia só chegou ao *Jornal da USP*, mídia digital oficial da universidade, no dia 29/5, e somente porque, na véspera, o telejornal SPTV 2ª edição, da TV Globo, publicou reportagem sobre o assunto, em que uma das pessoas entrevistadas foi o presidente da Adusp, professor Rodrigo Ricupero, que apresentou objeções aos encaminhamentos da Reitoria (vide <https://glo.bo/31h6O16>).

desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite”.

Caso a contrapartida oferecida à universidade pela empresa privada ou fundação privada “de apoio” seja “não financeira”, a resolução determina que ela “poderá consistir em fornecimento de produtos e serviços, participação societária, investimentos em infraestrutura, capacitação e quali-

tar-se do órgão de origem para prestar colaboração ou serviço a outra Instituição Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo - ICTESP, para as finalidades previstas no Decreto 62.817, de 4-9-2017, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do cargo ou emprego público”. Assim, a “colaboração” de docentes e técnicos de laboratório com empresas privadas e fundações privadas ditas “de apoio” não implicará perda da respectiva remuneração.

Somente no caso de liberação de docentes e funcionários para constituição de empresas ou aplicação de inovação de autoria dessas pessoas é que haverá licença do cargo. Nesse caso, não será mantida a remuneração. “Ao servidor docente e ao servidor técnico-administrativo que tenha atribuição de realizar pesquisa é permitido licenciar-se do cargo efetivo ou emprego público que ocupa para constituir empresa de base tecnológica ou colaborar com empresa cujos objetivos envolvam a aplicação de inovação tecnológica, que tenha por base criação de sua autoria”, diz o artigo 2º da portaria. “A licença dar-se-á por prazo não superior a quatro anos, com prejuízo de vencimentos”, determina o §2º.

Ambas as modalidades de afastamento podem ser extremamente danosas à universidade. Isso porque o déficit de docentes efetivos já chega a 600, não obstante as contratações que vem sendo realizadas. Além disso, é fato notório que as rodadas do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) realizadas na gestão anterior levaram à perda de cerca de 4 mil funcionários, muitos dos quais eram experientes técnicos de laboratório. Sua saída desfalcou muitas unidades e importantes equipamentos de pesquisa. Ao mesmo tempo, a Reitoria e o Conselho Universitário recusam-se a contratar funcionários para repor as lacunas deixadas pelo PIDV.

Confira a íntegra da Resolução 7.661 e da Portaria GR 7.389: <http://bit.ly/2KHn2uL>.



A Resolução 7.661 determina que a USP “poderá, sob o regime de cessão de uso de bem público, mediante contrapartida financeira ou não financeira”, e por prazo determinado, “I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), empresas públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos, em ações voltadas à inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação em uma das Incubadoras associadas à USP, sem prejuízo de sua atividade finalística”; e, ainda, “II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICTs, empresas públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos, ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa,

de recursos humanos em áreas compatíveis com a finalidade de inovação tecnológica, entre outras, que sejam economicamente mensuráveis”.

Obviamente, a possibilidade de concessão de contrapartidas “não financeiras” ao “compartilhamento” de equipamentos e instalações pela USP abre margem à realização de negócios lucrativos para certos grupos privados, em detrimento da universidade. É exemplar, nesse sentido, a experiência das fundações privadas “de apoio”, que por muitos anos puderam “compartilhar” prédios inteiros de unidades da USP (algumas ainda o fazem), às vezes a custo zero.

“Colaboração”. A Portaria GR 7.389, por sua vez, dispõe em seu artigo 1º: “Ao servidor docente e ao servidor técnico-administrativo que tenha atribuição de realizar pesquisa é facultado afas-

Chapa 1 vence eleição da Adusp com 80% dos votos

A Chapa 1, “Em defesa da universidade pública, dos direitos sociais e da democracia”, encabeçada por Rodrigo Monteferrante Ricupero (FFLCH), venceu a eleição para a Diretoria da Adusp (mandato 2019/2021), recebendo 529 votos ou 79,67% dos 664 votantes. A Chapa 2, “Unidade e democracia: renova Adusp”, encabeçada por Everaldo de Oliveira Andrade (FFLCH), obteve 119 votos ou 17,92%. Houve 8 votos nulos e 8 em branco, o que somou 2,4%. A eleição foi realizada nos dias 28, 29 e 30/5. Confira na tabela abaixo a votação por unidade.

Além do professor Ricupero, atual presidente da associação, a diretoria eleita tem a seguinte composição: 1ª vice-presidente: Michele Schultz Ramos (EACH); 2ª vice-presidente: Annie Schmalz Hsiou (FFCLRP); 1º secretário: Márcio Moretto Ribeiro (EACH); 2º secretário: Manoel Fernandes de Sousa Neto (FFLCH); 1ª tesoureira: Marcia Regina Car (EE); 2º tesoureiro: Hélder Garmes (FFLCH); diretor em Bauru: Eliel Soares Orenha (FOB); diretor em Piracicaba: Paulo Eduardo Moruzzi Marques (Esalq); diretor em Pirassununga: Celso Eduardo Lins de Oliveira (FZEA); diretor em Ribeirão Preto: José Marcelino de Rezende Pinto (FFCLRP).

A Chapa 2 contava com os seguintes nomes, além do professor Everaldo: 1ª vice-presidente: Rejane Vecchia da Rocha e Silva (FFLCH); 2ª vice-presidente: Marcos Antonio da Silva (FFLCH); 1º secretário: Jean-Pierre Chauvin (ECA); 2ª secretária: Denise Pimentel Bergamaschi (FSP); 1º tesoureiro: Pedro Luís Puntoni (FFLCH); 2ª tesoureira: Sônia Kruppa (FE); diretor em Piracicaba: Adalmir Leonídio (Esalq); diretora em Ribeirão Preto: Cynthia Soares Carneiro (FDRP).

O número de votantes cresceu 32,8% em relação à eleição anterior, realizada em 2017 e na qual votaram 500 docentes. A nova diretoria toma posse no dia 28 de junho.

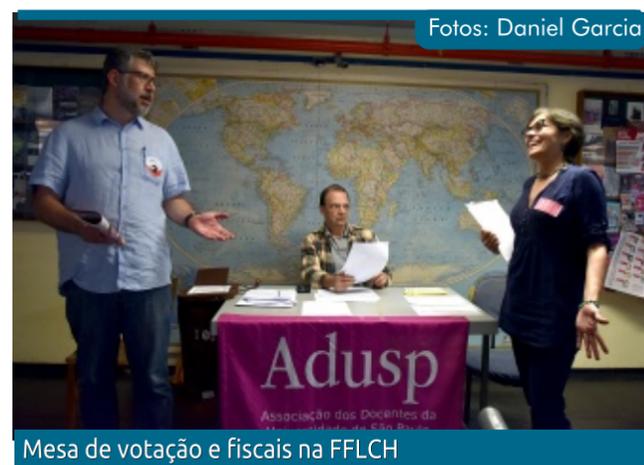
Conselho de Representantes

Também foram eleitos novos representantes de unidades, a saber: **EACH**- Ester Gammardella Rizzi (titular) e Marcos Bernardino de Carvalho (suplente), ambos com 34 votos; **ECA**- Luiz Augusto Duarte Dantas (titular) e Maria

Unidade	Chapa 1	(%)	Chapa 2	(%)	Branco	(%)	Nulos	(%)	total votos
EACH	29	97%	1	3%	0	0%	0	0%	30
ECA	11	73%	1	7%	0	0%	3	20%	15
EE + FM (inclui FOFITO)	35	95%	2	5%	0	0%	0	0%	37
EERP	10	77%	3	23%	0	0%	0	0%	13
EP	32	80%	5	13%	1	3%	2	5%	40
ESALQ	12	75%	4	25%	0	0%	0	0%	16
FCF + Eng. Química	5	83%	1	17%	0	0%	0	0%	6
FD	3	75%	0	0%	1	25%	0	0%	4
FDRP	0	0%	4	100%	0	0%	0	0%	4
FE	33	67%	16	33%	0	0%	0	0%	49
FEA	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%	2
FFCLRP	30	94%	1	3%	0	0%	1	3%	32
FFLCH + IEB	83	73%	28	25%	1	1%	1	1%	113
FMRP	9	69%	4	31%	0	0%	0	0%	13
FMVZ	6	100%	0	0%	0	0%	0	0%	6
FOB	12	100%	0	0%	0	0%	0	0%	12
FORP	6	100%	0	0%	0	0%	0	0%	6
FSP	9	38%	15	63%	0	0%	0	0%	24
IAG	3	43%	4	57%	0	0%	0	0%	7
IB	6	100%	0	0%	0	0%	0	0%	6
ICB	8	100%	0	0%	0	0%	0	0%	8
IF	23	88%	2	8%	1	4%	0	0%	26
IGC	20	87%	3	13%	0	0%	0	0%	23
IME + FAU	51	78%	12	18%	2	3%	0	0%	65
IO	7	100%	0	0%	0	0%	0	0%	7
IP	22	81%	5	19%	0	0%	0	0%	28
Pirassununga	18	78%	2	9%	2	9%	1	4%	23
São Carlos	6	86%	1	14%	0	0%	0	0%	7
Subsede Ribeirão	4	100%	0	0%	0	0%	0	0%	4
Sede da Adusp	34	87%	5	13%	0	0%	0	0%	39
Total	529	80%	119	18%	8	1%	8	1%	664



Votação no Instituto de Física



Mesa de votação e fiscais na FFLCH

Helena Franco de Araujo Bastos (suplente), ambos com 15 votos; **EERP**- Adriana Katia Corrêa (titular) e Luiz Jorge Pedrão (suplente), ambos com 13 votos; **ESALQ**- Eliana Tadeu Terceiro (titular), com 10 votos, e Flávio Bertin Gandara Mendes (suplente), com 6; **FCF**- Nadia Araci Bou Chacra (titular), com 4 votos; **FD**- Alamiro Velludo Salvador Netto (titular) e Otávio Pinto e Silva (suplente), ambos com 4 votos; **FE**- Carla Bi-

ancha Angelucci (titular), com 47 votos, e Fabiana Augusta Alves Jardim (suplente), com 48; **FFCLRP**- Patricia Ferreira Monticelli (titular) e Teise de Oliveira Guaranha Garcia (suplente), ambas com 30 votos; **FFLCH**- Marta Inez Medeiros Marques (titular), com 110 votos, e Rosângela Sarteschi (suplente), com 109; **FMRP**- Katiuchia Uzzun Sales (suplente), com 13 votos; **FOB**- César Antunes de Freitas (titular) com 12 votos;

FZEA- César Gonçalves de Lima (titular) e Marcelo Machado de Luca de Oliveira Ribeiro, ambos com 14 votos; **IAG**- Adalgiza Fornaro (titular) com 7 votos; **IB**- Adriana Maria Zanforlin Martini (titular) e Ana Lúcia Brandimarte (suplente), ambas com 7 votos; **IEB**- Monica Duarte Dantas (titular), com 3 votos; **IP**- Luis Guilherme Galeão da Silva (titular) e Patricia Izar (suplente), ambos com 27 votos.

Fotos: Daniel Garcia

CPI na Alesp ainda não ouviu reitores

Foram aprovados requerimentos para que os reitores da USP, Unicamp e Unesp compareçam à Alesp para “prestar informações”, mas as datas ainda não foram agendadas. Outro requerimento determina que as reitorias enviem à CPI documentos que registrem todas as “entradas e saídas” de ICMS ocorridas entre 2011 e 2019

Desde a reunião em que foi instalada e elegera sua direção, em 24/4, a CPI das Universidades da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) — criada, de acordo com o requerimento que lhe deu origem, “com a finalidade de investigar irregularidades na gestão das universidades públicas no Estado, em especial quanto à utilização do repasse de verbas públicas” — tem se prestado muito mais a ser palco para ataques ao ensino superior público e para bate-bocas entre vários de seus integrantes do que um fórum que de fato encaminhe resoluções práticas ou as investigações a que se propôs.

Até agora já foram realizadas três reuniões deliberativas. A grande maioria dos requerimentos apresentados é trancada por pedidos de vista. Entre os requerimentos que escaparam desse destino estão os convites para que os reitores da USP, Vahan Agopyan, da Unicamp, Marcelo Knobel, e da Unesp, Sandro Valentini, compareçam à CPI para “prestar informações sobre a gestão das universidades públicas”. Contudo, ainda não foram agendadas as datas para os depoimentos dos reitores.

Outro requerimento aprovado determina que as reitorias enviem à CPI “o balanço patrimonial e todos os demais documentos contábeis que possam identificar todas as movimentações de entradas e saídas das receitas públicas (do ICMS) do período compreendido entre 2011 a 2019” — intervalo que a CPI delimitou para a investigação.

A comissão também já solicitou à Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo que encaminhe cópias de todos os procedimentos existentes no Ministério Público (MP) relativos a possíveis irregularidades cometidas na USP, Unesp e Unicamp nos últimos oito anos, informando em que fase se encontram os inquéritos e ações.

Lideranças do Fórum das Seis têm conversado com membros da CPI para propor temas que tragam à luz a real situação de subfinanciamento das universidades. Fruto desse trabalho é a aprovação de um requerimento, apresentado

pela deputada Professora Bebel (PT), que solicita que a Secretaria da Fazenda informe quais são os itens e valores deduzidos da base de cálculo da cota-parte de 9,57% repassada às universidades nos últimos oito anos, determinando ainda que sejam apresentados os valores de ICMS previstos e efetivamente arrecadados ano a ano.

“**Cunho ideológico**”. A segunda reunião deliberativa, realizada no dia 15/5, é um bom exemplo das situações protagonizadas na comissão. A reunião durou cerca de duas horas, das quais os primeiros 45 minutos foram destinados ao debate da pauta: a apreciação de oito requerimentos e do plano de trabalho da CPI. O tempo restante foi consumido em discussões sobre temas como o financiamento da educação — por conta das manifestações “15M” que ocorreriam na mesma data — ou o papel do astrólogo e “filósofo” Olavo de Carvalho no governo Bolsonaro.

Algumas farpas já haviam sido trocadas durante a discussão dos requerimentos, mas o estopim foi de fato deflagrado no “segundo tempo” da reunião, após a leitura de um requerimento redigido pelo deputado Barros Munhoz (PSB) e assinado por todos os integrantes titulares da comissão — menos o seu presidente, Wellington Moura (PRB), destinatário do documento.

No texto, os oito deputados solicitam que o presidente utilize suas prerrogativas para garantir que a CPI “se atenha às competências legislativas do ente federativo que promove a investigação”, de modo que “questões de cunho ideológico que expressam posicionamentos de esquerda e de direita não sejam objeto de qualquer tipo de investigação no curso dos trabalhos dessa comissão, conforme erroneamente ventilado pela imprensa”, prossegue o documento.

Com maioria de componentes oriunda de partidos de direita e extrema-direita, que dominam também seus principais cargos — o presidente é do PRB; a vice, Carla Morando, do PSDB; e a relatora,



Sessão de 15/5 da CPI das Universidades

Valeria Bolsonaro, do PSL — a comissão tem propiciado um espaço privilegiado não só para ataques às universidades públicas, mas também para a defesa de práticas privatistas no ensino superior. Apesar disso, Munhoz conseguiu unanimidade para seu requerimento pedindo ao presidente que corrija os rumos da CPI.

“**Esquerdização**”. Suplente da comissão, o deputado Douglas Garcia (PSL) tem utilizado as sessões para dirigir diatribes contra as universidades estaduais e sua suposta “esquerdização”. Disse que, embora a CPI tenha por escopo investigar “em especial” a utilização de verbas públicas, “não podem deixar de ser consideradas irregularidades coisas como o incentivo das reitorias para que estudantes participem da greve” [as manifestações do dia 15], fato a respeito do qual teria “provas contundentes”.

“Peço que sejam abarcadas dentro desta CPI todas as irregularidades, inclusive no comportamento da Reitoria com relação a atividades político-ideológicas dentro da USP, Unicamp e Unesp”, disse o jovem deputado, uma das lideranças do movimento Direita São Paulo e que já é alvo de três representações por quebra de decoro no Conselho de Ética da Alesp. Garcia foi rebatido por Munhoz, para quem o colega “está postulando algo que não cabe à Assembleia Legislativa”, subordinada à Constituição do Estado de São Paulo e à Constituição Federal. “Não estamos numa terra sem leis”, prosseguiu Munhoz, citando a autonomia universitária.

O deputado Daniel José (Novo) repetiu o que vem dizendo a cada sessão: que as universidades públicas devem cobrar mensalidades e buscar fontes alternati-

vas de receita. Dessa vez, sugeriu que a concessão de espaços públicos nos *campi* para instalação de negócios privados, como lojas e cafés, serviria como fonte de geração de renda para as instituições (haja “expresso” para financiar tanto ensino, pesquisa e extensão).

“**Aplausos e vaias**”. Estudantes que acompanhavam a sessão aplaudiam ou vaiavam as intervenções dos deputados. Havia também um grupo de apoiadores dos deputados Garcia e Daniel José, que os aplaudiam e gritavam palavras de ordem a favor da privatização das universidades públicas. Em meio a essa agitação, o deputado Jorge Caruso (MDB) questionou Moura: “Temos casos concretos? Quais? Não podemos ficar aqui discutindo questões genéricas, que são responsabilidade da Comissão de Educação desta casa”, disse. Caruso assinalou que não há nenhum depoimento agendado na CPI, seja de representantes das universidades, do MP ou do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o que dificulta o início de qualquer investigação.

Designado pela Reitoria para acompanhar os trabalhos, o professor Ignácio Poveda, docente da Faculdade de Direito e superintendente de Relações Institucionais da USP, vem conversando com integrantes da comissão. Ao final da sessão do dia 15/5, disse ao *Informativo Adusp* que “a CPI está no seu papel de apurar, e nós temos que prestar as informações solicitadas de forma muito tranquila”. “Sou da opinião de que quem não deve não teme. A USP é uma grandíssima instituição, um orgulho nacional, e espero que com esta CPI a universidade saia muito fortalecida e reconhecida no seu papel de liderança acadêmica no Brasil”, afirmou.

Manifestações de 15 e 30/5 fortalecem greve geral contra reforma da Previdência

Manifestações em defesa da educação ocorreram no dia 30/5 em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. De acordo com levantamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), uma das principais entidades à frente da organização dos atos, foram registradas mobilizações em 212 municípios. Foi o segundo dia de atos massivos em defesa da educação em todo o país – assim como em 15/5, centenas de milhares de pessoas, especialmente estudantes e professores, saíram às ruas para protestar contra os cortes de verbas do governo federal nas escolas, universidades e instituições de pesquisa.

A forte demonstração de força dos movimentos sociais e de suas entidades, que em apenas duas semanas conseguiram repetir uma manifestação nacional muito expressiva e espalhada por importantes centros urbanos, fortalece a perspectiva de êxito da greve geral agendada pelas centrais sindicais para o dia 14/6, contra a reforma da Previdência (PEC 06/2019). Embora a manifestação pró-Bolsonaro realizada em 26/5 não tenha sido um fracasso completo, ela foi muito inferior tanto às que a precederam (15/5) como às ocorridas uma semana depois.

“Nossa avaliação é muito positiva. Em algumas cidades, como Fortaleza e Belo Horizonte, a mobilização superou a do dia 15. No balanço geral, foi uma mobilização majoritariamente maior ou equivalente, e em poucos lugares foi inferior”, disse ao *Informativo Adusp* Jessy Dayane Santos, vice-presidenta da UNE. “É uma sinalização muito importante de que as pessoas estão dispostas a seguir lutando pela educação pública e gratuita e contra os cortes na educação enquanto eles não forem revogados.”

Um dos momentos mais simbólicos do dia foi registrado em Curitiba, num ato que reuniu milhares de pessoas mesmo sob chuva e frio. Uma grande faixa com os dizeres “Em defesa da educação” foi recolocada na fachada do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no centro da cidade. A faixa original havia sido arrancada pelos participantes da manifestação pró-Bolsonaro em 26/5.

Em São Paulo, a concentração foi no Largo da Batata. No início

da tarde, a Faculdade de Educação (FE-USP), com apoio da Associação dos Pós-Graduandos da PUC-SP, promoveu uma Aula Pública como atividade preparatória do ato. Os responsáveis pela Aula Pública foram o professor Vitor Henrique Paro (FE-USP), que explanou sobre o tema “Educação ou barbárie: o compromisso do professor”, e a professora Beatriz Lopes (APG-PUC), que falou a respeito do “Movimento estudantil na pós-graduação”. Também foi organizado um “Desenho” para crianças, a cargo da professora Márcia Gobbi (USP).

Ao longo da tarde, a manifestação foi engrossada por milhares de participantes, entre os quais integrantes da Adusp, do DCE Livre da USP “Alexandre Vannucchi Leme” e de diversos centros acadêmicos da USP. No início da noite, os manifestantes reunidos saíram em caminhada pela avenida Rebouças até a avenida Paulista.

Outras pautas. Para a dirigente da UNE, ficou notória uma mudança de postura da mídia comercial em relação à cobertura dos atos: o balanço feito pelos meios de comunicação “está claramente diminuindo a proporção e o impacto dos atos, diferentemente da abordagem do dia 15”. Exemplo disso é que na edição de 31/5 os principais jornais paulistas, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, relegaram a segundo plano os protestos da véspera.

Outra característica da cobertura é “a tentativa de criar algum tipo de divergência ou disputa dentro do movimento”, com as notícias de que pautas como a reforma da Previdência ou a defesa do “Lula livre” estavam dividindo o movimento da educação. “Isso não é verdade. Todo mundo que participou viu que o povo que está indo às ruas defender a educação é um povo que defende a democracia”, afirma Jessy. “A bandeira central é defesa da educação, mas também há uma insatisfação muito forte com políticas como mais armas e menos escolas e outras aberrações que estão acontecendo no nosso país.”

Originalmente, os protestos de 15/5 tinham sido concebidos como manifestação contrária à PEC 06/2019. Depois, em razão dos extensos cortes promovidos nos re-



Daniel Garcia

curso da Educação, este tema também foi tratado como pauta prioritária dos manifestantes. De qualquer modo, ambos os temas ganharam centralidade na agenda do movimento sindical e dos movimentos sociais, impulsionando assim os preparativos para a greve geral de 14/6.

“Coação” de alunos? Desde a véspera, o Ministério da Educação (MEC) já vinha tomando medidas para confrontar os estudantes, na tentativa de constrangê-los e caracterizar a participação nas manifestações como ilegal. Em vídeo publicado à noite no Twitter, após declarar que as “manifestações democráticas e pacíficas são um direito de todos os brasileiros”, sejam elas “contra ou a favor”, o ministro Abraham Weintraub lançou uma nova cartada: “O que não pode acontecer é a coação de pessoas que, no ambiente escolar público, criem algum constrangimento aos alunos a participarem dos eventos”.

Weintraub alegou o MEC estava recebendo “cartas e mensagens de muitos pais de alunos citando explicitamente que alguns professores, funcionários públicos, estão coagindo os alunos ou falando que eles serão punidos de alguma forma caso eles não participem das manifestações”. “Isso é ilegal, isso não pode acontecer”, concluiu o ministro, sem apresentar nenhuma das “cartas” postadas pelos zelosos pais.

No início da tarde de 30/5, quando as manifestações já ocorriam país a fora, o MEC divulgou nota segundo a qual nenhuma instituição de ensino “tem prerrogativa legal para incentivar movimentos político-partidários e promover a participação de alu-

nos em manifestações”. Professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis, de acordo com o zeloso ministério, não estão autorizados “a divulgar e estimular protestos durante o horário escolar”.

Em nota, o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), professor Antonio Gonçalves Filho, repudiou as declarações de Weintraub, que classificou como “uma afronta à liberdade de ensinar e aprender, estruturantes do ensino público”.

Ainda no dia 30/5, o ministro Weintraub publicou outro vídeo no Twitter no qual aparece com um guarda-chuva num gabinete, com gestos que remetem ao clássico filme *Dançando na chuva*, para dizer que “está chovendo fake news”. A performance era destinada a rebater informações de que o governo teria bloqueado as verbas para a recuperação do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atingido por um incêndio em setembro do ano passado.

Os dados da economia brasileira divulgados nos últimos dias, que refletem o desempenho do governo do qual o economista e dublê de Gene Kelly faz parte, estão longe de soar como música aos ouvidos dos cidadãos. O PIB teve uma queda de 0,2% no primeiro trimestre do ano, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já a taxa de desemprego, que o mesmo IBGE divulgou no dia 31/5, alcançou 12,5%. São 13,2 milhões de pessoas, enquanto a população subutilizada chegou a 28,4 milhões, número recorde da série histórica iniciada em 2012.

Intransigente, Cruesp encerra negociação de data-base mantendo proposta de reajuste de 2,2%

Docentes e funcionários técnico-administrativos da Unesp, contudo, terão “zero por cento” de aumento salarial. Reitores não avançaram no índice apresentado na última reunião. Categorias discutem indicativo de greve e Fórum convocou ato estadual no dia 12/6, diante da Reitoria da Unicamp

A terceira reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), no dia 27/5, não apresentou avanços. Intransigentes, os reitores insistiram em manter a proposta rebaixada de reajuste, de 2,2%, que não repõe nem a metade da inflação dos últimos doze meses. No caso da Unesp, mantém-se o reajuste zero na data-base, repetindo o cenário de 2016, que já provocou a quebra da isonomia entre as três universidades.

No comunicado divulgado na reunião anterior (16/5), o Cruesp já havia apontado que “especificamente no caso da Unesp, como a prioridade é garantir o pagamento do 13º salário de 2019, a Universidade avaliará o melhor momento para aplicar o índice aprovado pelo Cruesp, dependendo da evolução do ICMS”.

De acordo com o relato do *Boletim do Fórum das Seis*, “os representantes do Fórum entregaram aos reitores exemplares da cartilha com dados que mostram a viabilidade das nossas reivindicações salariais”. “A previsão de arrecadação do ICMS da Secretaria da Fazenda para 2019, de R\$ 108,2 bilhões, por exemplo, é expressivamente superior à previsão utilizada pelos técnicos do Cruesp (R\$ 107 bi) e que, por sinal, é usada para justificar o reajuste de 2,2%”, aponta o boletim.

O documento do Fórum mostra que, mesmo com um reajuste de 8% na Unicamp e na USP e de 11,24% na Unesp, o comprometimento médio com folha em 2019



Fotos: Bahiji Haje

Negociação de 27/5: sem avanços por parte do Cruesp

seria, respectivamente, de 89,82%, 86,70% e 89,31%.

As intervenções de representantes do Fórum registraram a indignação das últimas assembleias das categorias com a proposta. O presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), João da Costa Chaves Júnior, lembrou que o forte arrocho imposto a partir de 2015 representa o confisco de quatro salários brutos na USP e na Unicamp e de cinco salários brutos na Unesp.

Nova negociação. Marcelo Knobel, reitor da Unicamp e presidente do Cruesp, negou que haja intransigência e reafirmou a impossibilidade de avançar na proposta, mantendo os termos anteriores. A única novidade é a criação de um grupo de trabalho entre Cruesp e Fórum para debater questões relacionadas à Previdência. Os demais pontos permanecem os mesmos, registra o *Boletim do Fórum das Seis*:

- reajuste de 2,2% em maio (zero na Unesp);
- agendamento de negociação para meados de outubro, caso a arrecadação do ICMS chegue à previsão da Secretaria da Fazenda (R\$ 108,2 bilhões) ou a ultrapasse. Para que isso aconteça, é necessário que a arrecadação, ao final de setembro, seja de pelo menos R\$ 80 bilhões;
- constituição de um grupo de trabalho entre as partes para propor uma política salarial para as



Reitores Vahan, Knobel e Valentini na reunião de 27/5

três universidades.

Ao final da reunião, o coordenador do Fórum, Wagner Romão, presidente da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp), enfatizou que a disposição das entidades é para o diálogo permanente, mas que é preciso haver reciprocidade. “Sabemos que as universidades passam por profundos ataques neste momento e é lamentável constatar que a política dos reitores, de forte arrocho salarial, pode levar as categorias a outras formas de reação para defender tratamento salarial digno”, disse.

Romão solicitou o agendamento de nova reunião para que as partes seguissem discutindo não apenas a questão salarial, mas também outros pontos da pauta específica. O presidente do Cruesp

não concordou, dando por encerradas as negociações.

Em reunião realizada em 5/6, a coordenação do Fórum deliberou pela realização de um ato público estadual no dia 12/6, em Campinas, em frente à Reitoria da Unicamp, com concentração a partir das 10h30. A pauta do ato é a seguinte: 1) reivindicar do atual presidente do Cruesp, o reitor Marcelo Knobel, a imediata reabertura das negociações; 2) repudiar qualquer repressão ou assédio aos trabalhadores em luta nas universidades; 3) manifestar integral solidariedade das categorias da Unicamp, USP e Centro Paula Souza à comunidade da Unesp, na luta contra a perda da isonomia salarial e contra o desmonte que vem sendo realizado pelo reitor Sandro Valentini.

Lançada na Alesp a Frente em defesa das instituições de pesquisa, ciência e educação

A denúncia dos ataques sofridos pelas instituições públicas de pesquisa, educação, ciência e tecnologia e a defesa da necessidade de atuação conjunta para barrá-los foram a tônica da sessão de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Instituições Públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizada no dia 8/5 na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). A coordenação da frente na Alesp é da deputada Beth Sahnão (PT), para quem é preciso “defender essas instituições que promovem grandes descobertas na área da ciência”. Cerca de 30 parlamentares de diversas bancadas da casa apoiam a iniciativa.

O ato lotou o auditório Paulo Kobayashi, que recebeu servidores de institutos de pesquisa e representantes de sindicatos de docentes universitários e associações profissionais, além de lideranças do movimento estudantil e de diversas organizações da sociedade. A próxima reunião será realizada em 12/6 na Alesp.

No entender do professor Wagner Romão, presidente da Adunivcamp e coordenador do Fórum das Seis, é preciso haver “a consciência de que os setores de ciência e tecnologia, de educação superior e as universidades públicas no Brasil estão sofrendo o maior ataque de sua história”. “Se não estivermos atentos, unidos, fortes e coesos para resistir, vamos fracassar, porque os setores que nos atacam estão vindo com uma força com a qual nunca vieram”, alertou.

“Acredito que este é um espaço em que podemos mostrar à sociedade e a esta casa para quem servem a pesquisa e o conhecimento”, declarou no lançamento a vice-presidenta da Adusp, professora Michele Schultz Ramos, que havia assistido à sessão da CPI das universidades realizada antes do lançamento da frente parlamentar. A seu ver, na reunião da comissão os deputados demonstraram “um enorme desconhecimento do papel dos institutos de pesquisa e das universidades”.

Ros Mari Zenha, representante dos servidores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), destacou que é fundamental valorizar todas as instituições do sistema paulista de ciência e tecnologia: “Hoje estamos todos aqui defendendo não uma instituição

isoladamente, mas um sistema robusto e bem estruturado que pertence ao povo paulista e contribuiu com São Paulo em muitos momentos históricos. A contribuição dessa massa crítica é enorme, e isso não pode ser destruído”.

Corte nas bolsas. Raquel Mello, da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), citou os cortes no orçamento das universidades e de bolsas das agências de fomento. “Nós, pesquisadores e cientistas, não temos a opção de não lutar. O investimento em ciência, tecnologia e inovação é fundamental para a soberania do país”, afirmou. Raquel foi uma das oradoras a lembrar a importância da participação dos movimentos e entidades na greve nacional da educação, convocada para a próxima quarta-feira (15/5) em todo o país.

A mesma conclamação foi feita por Mariana Moura, do grupo “Cientistas Engajados”, para quem os ataques à ciência, à pesquisa e à educação “têm o objetivo de inviabilizar o Brasil como país independente”. Priscila Leal, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de São Paulo (SINTPq), ressaltou a preocupação com a precarização crescente da mão de obra no sistema e também na educação pública do Estado. Já Allen Habert, representante do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), apontou a importância da união dos profissionais das instituições para “ganhar a batalha das ideias e das ruas” na defesa do investimento público no setor.

Romão afirmou que o governo paulista, com João Doria (PSDB), “também está fortemente comprometido com a agenda de vender as universidades, acabar com os institutos de pesquisa e privatizar tudo para o mercado”. O coordenador do Fórum das Seis defendeu a expansão das universidades públicas estaduais, mas chamou a atenção para o fato de que é preciso prover recursos para financiá-las.

Para Romão, os 9,57% da quota-parte do ICMS (ou seja: calculados sobre os 75% da arrecadação destinados ao Estado) destinados ao financiamento das universidades públicas sofrem descontos em alí-



Manifestação da professora Michele Schultz, vice-presidenta da Adusp, durante o lançamento da Frente Parlamentar

neas referentes a programas habitacionais, dívida ativa, multas, Nota Fiscal Paulista etc. Além disso, o governo estadual tem adotado uma política de desonerações e renúncia fiscal que, só no ano passado, significou abrir mão de cerca de R\$ 24 bilhões. “Temos que nos insurgir contra isso”, afirmou.

Michele lembrou que o sistema universitário brasileiro é muito mais novo do que o existente nos países mais desenvolvidos, que em alguns casos possuem instituições com várias centenas de anos de existência: “Com todos os problemas que temos nas universidades públicas, conseguimos concorrer com universidades seculares, que ajudaram a formar as sociedades do hemisfério Norte”.

McKinsey. A vice-presidenta da Adusp abordou as iniciativas de privatização que vêm se dando nas universidades públicas, com a ampliação dos cursos pagos e atuação das fundações privadas ditas “de apoio”. No caso da USP, citou, há situações como o contrato celebrado, na gestão do reitor M.A. Zago, com a consultoria McKinsey&Company, que resultou em projeto capitaneado na época pela hoje titular da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Patricia Ellen.

Ao mesmo tempo em que avançam as propostas privatistas, são anunciados cortes nos investimentos, inclusive na concessão de bolsas, e crescem as ameaças em relação às políticas de ação afirmativa. “Mais do que nunca, precisamos defender as instituições públicas, com financiamento público para a pesquisa, e a gratuidade para a universidade pública de qualidade”, afirmou Michele, que é a representante da Adusp na Frente Parlamentar.

Ros Mari, por sua vez, enfatizou que a pesquisa produzida nos institutos públicos não visa diretamente ao mercado. “Isso não significa que não possamos trabalhar com ele – o próprio IPT apoia o setor produtivo privado e estatal. Temos a obrigação de fazer isso, mas o horizonte da nossa pesquisa não é imediatista e de mercado”, afirmou. “O conhecimento produzido pelo sistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado tem grande riqueza, cujo objetivo tem que ser a melhoria do bem comum.”

A representante do IPT defendeu que é preciso valorizar os profissionais que constroem o sistema, citando o papel fundamental do Estado, nos países capitalistas avançados, para a formação dos pesquisadores. Cortar investimentos nessas instituições e precarizar suas atividades significa ameaçar vidas, disse Ros Mari — utilizando o exemplo do próprio IPT, cujo trabalho inclui monitoramento e vistorias em áreas de moradias precárias, com ações e alertas para remoção de populações em risco.

Após a fala dos oradores convidados, a participação foi aberta para o público. Uma das manifestações foi a da vice-presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE), Jessy Dayane, que enfatizou a necessidade de mobilização para 15/5: “Temos que ir às ruas para defender esse patrimônio que é do povo brasileiro, em especial do povo mais pobre. Eu sou fruto da democratização da educação superior: filha de empregada doméstica, mulher e negra. Muitos de nós que entramos não vamos aceitar ser expulsos. Vamos levar essa disputa para as ruas para defender a educação pública, que é nossa.”

Juiz da 15ª Vara da Fazenda Pública condena professor Lancha Jr. (EEFE) à perda do cargo, por improbidade

Em ação civil pública ajuizada contra ele pelo Ministério Público (MPE-SP), por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito relacionados ao uso indevido de um equipamento “Bod Pod” pertencente à USP, o professor titular Antonio Herbert Lancha Jr., da Escola de Educação Física e Esportes (EEFE), foi condenado pelo juiz Kenichi Koyama, da 15ª Vara da Fazenda Pública, à perda do cargo, à perda dos direitos políticos por nove anos, e ao pagamento de multa e indenização. A sentença, datada de 22/4, foi divulgada em 9/5/2019 (<http://bit.ly/2VYXtex>).

De acordo com a ação do promotor Nelson Luis Sampaio de Andrade, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital do MPE-SP, o professor Lancha Jr. “usou o aparelho BodPod (*Body Composition Tracking*) em consultas particulares realizadas nas dependências da clínica médica Vita Clínicas Medicina Especializada S/A, vulgo Instituto Vita”. Por solicitação do professor, o equipamento havia sido comprado em 2007 pela Fapesp, alegadamente para utilização em pesquisas, ao custo de R\$ 134 mil, e doado à EEFE em 2009. No entanto, foi instalado no Instituto Vita (e não nas dependências da escola), lá permanecendo até 2015, quando fi-

nalmente retornou à EEFE.

Lancha Jr. e sua esposa são proprietários da empresa Quality of Life, que se tornou sócia do Instituto Vita. As duas pessoas jurídicas figuraram como rés na ação civil movida pelo MPE-SP e foram igualmente condenadas por improbidade administrativa, tendo ainda decretada a indisponibilidade dos seus bens, pois o juiz considerou que houve acréscimo ilícito ao seu patrimônio, mediante “a utilização de bem público como meio de realização da atividade empresarial”.

As penas foram aplicadas, segundo a sentença, “à luz da condição de servidor público” de Lancha Jr. “Esse, por meio de sua investidura na função de professor titular da USP, passou a utilizar bem público em proveito próprio, limitando sua utilização para sua finalidade original, qual seja, a pesquisa acadêmica da universidade pública”.

Embora “guardião do aparelho [Bod Pod]”, o professor, “mesmo ciente de que sua utilização era restrita à pesquisa acadêmica, passou a empregar o aparelho em suas consultas particulares, com a cobrança de valores, incidindo em repudiável patrimonialismo”, diz a sentença. “Tal atuação se dava por meio da sociedade Quality of

Life”, explica, “à qual pertenciam o professor Antonio Herbert Lancha Júnior e sua esposa, únicos sócios de capital”.

No entender do juiz, “as circunstâncias apontadas tornam imperiosa” a majoração das penas de Lancha. “Como professor universitário e pesquisador, tinha ampla consciência das consequências dos seus atos à comunidade acadêmica, constituindo verdadeira traição ao aperfeiçoamento intelectual desta. Mais. O requerimento para a aquisição do aparelho se deu no contexto da pesquisa realizada por pesquisadora sob sua tutela, representando violação à confiança nele depositada”.

“Danos ao erário”. Por fim, o juiz Koyama condenou Lancha Jr., Instituto Vita e Quality of Life, solidariamente, “à perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ou seja, R\$ 103.600,00, que devem ser corrigidos monetariamente desde a data em que cedido o equipamento (30/6/2009), e acrescido de juros de mora desde a citação pela Selic”, bem como “ao ressarcimento integral do dano causado ao erário público, o qual deve ser corrigido monetariamente desde a data em que cedido o equipamento (30/6/2009), e

acrescido de juros de mora desde a citação pela Selic”.

Os três corréus foram condenados, ainda, “ao pagamento de multa civil de duas vezes o valor do acréscimo patrimonial por eles auferido, de R\$ 103.600,00, corrigido monetariamente desde a data em que cedido o equipamento (30/6/2009), e acrescido de juros de mora desde a citação pela Selic”.

Lancha Jr., por sua vez, foi condenado “à perda da função pública, se ainda a exercer, e à perda da função pública sobre qualquer outro cargo ou função que esteja desempenhando”, bem como “à suspensão dos seus direitos políticos por nove anos”, ao passo que Instituto Vita e Quality of Life foram condenadas “à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente”, pelo prazo de dez anos.

Em fevereiro deste ano o professor da EEFE foi punido com pena de suspensão por 90 dias com perda dos respectivos salários nesse período, como desfecho de processo disciplinar por sua perseguição aos professores Bruno Gualano e Guilherme Artioli e alunos destes, em caso relacionado às denúncias sobre o uso indevido do “Bod Pod”.

TJ-SP rejeita recurso de Cerri em ação criminal e absolve editor da *Revista Adusp* e duas repórteres

Em julgamento iniciado no dia 3/4/19 e retomado em 8/5/19, a 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça (TJ-SP) rejeitou por unanimidade (3 votos a zero) recurso do professor Giovanni Guido Cerri, da Faculdade de Medicina da USP, e manteve assim a decisão da juíza Fabíola Oliveira Silva, da 1ª Vara Criminal do Fórum de Pinheiros (na capital paulista), que em fevereiro de 2017 absolveu os jornalistas Pedro Estevam da Rocha Pomar, Tatiana Merlino e Débora Prado da acusação de “difamação” feita por Cerri.

A ação criminal ajuizada pelo professor da FM e ex-secretário estadual da Saúde contra

os jornalistas alega que ele foi objeto de “difamação” em matérias publicadas na *Revista Adusp* 54, de maio de 2013. A reportagem de capa desta edição, que apontava “Conflitos de interesses na Saúde”, dizia que o então secretário do governador Geraldo Alckmin (PSDB) mantinha vínculos com duas instituições privadas contratadas pela pasta da Saúde para gerir hospitais públicos: a Fundação Faculdade de Medicina (FFM), qualificada como “organização social de saúde”, e o Hospital Sírio-Libanês (HSL), que criou a “organização social de saúde” denominada Instituto de Responsabi-

lidade Social Sírio-Libanês (<http://bit.ly/2E8lmGj>).

À época dos fatos retratados na reportagem, Cerri acumulava a pasta estadual da Saúde com a condição de membro do Conselho de Administração do HSL (cargo que exerce ainda hoje) e de “presidente licenciado” do Conselho Curador da FFM, além de ser proprietário de empresas de medicina. Por este motivo, a reportagem da *Revista Adusp*, assinada pelas repórteres Tatiana Merlino e Débora Prado e editada por Pedro Pomar, concluiu que ele se encontrava em situação de conflito de interesses.

Na sessão de hoje da 12ª Câmara de Direito Criminal do TJ-SP, o desembargador Paulo Antonio Rossi — que havia pedido vistas do processo na sessão de 3/4 — manifestou que, ao inteirar-se do conteúdo dos autos, convenceu-se de que o caso era de absolvição dos réus. Portanto, acompanhou o voto da relatora, desembargadora Angélica Mello de Almeida, proferido em 3/4. O desembargador Amable Lopez Soto já havia se manifestado, também contrariamente ao recurso, entre uma sessão e outra, de modo que a decisão foi unânime — em cada processo, votam três dos cinco desembargadores da Câmara.

Poli extingue comissão de sindicância que investigaria morte de aluno da Geografia

Colegiado foi dissolvido após renúncia de seu presidente, o professor Luciano Anderson de Souza, da Faculdade de Direito. Para a Poli, apuração das responsabilidades agora cabe à Reitoria, que ainda não se pronunciou. A investigação do falecimento de Filipe Varea Leme, que completou um mês no dia 30/5, está a cargo do 93º Distrito Policial

A sindicância que iria apurar as responsabilidades pela morte do estudante Filipe Varea Leme – ocorrida no dia 30/4 no prédio da administração da Escola Politécnica – foi extinta pela direção da Poli. A comissão de sindicância era presidida pelo professor Luciano Anderson de Souza, docente da Faculdade de Direito, que renunciou ao cargo.

A dissolução do colegiado foi comunicada no final de maio à Reitoria pela diretora da Poli, Liedt Bernucci. “A sindicância foi revogada uma vez que o presidente pediu seu afastamento por motivos pessoais. Dessa forma, comunicamos por despacho à Reitoria sobre a revogação no âmbito da Poli e solicitamos que a mesma fosse realizada no âmbito da Reitoria”, disse a diretora por e-mail ao *Informativo Adusp*. “Nestas circunstâncias, cabe à Reitoria a instauração de sindicância e não há mais acompanhamento do processo pela Poli.”

A comissão foi constituída por portaria assinada por Liedt Bernucci no dia 2/5 e tinha sessenta dias para concluir seus trabalhos. Além de Souza, era integrado pelo professor Paulo Eigi Miyagi, da Poli, e pela professora Sueli Furlan, chefe do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), onde Filipe estudava.

A sindicância, no entanto, jamais chegou a ser de fato instaurada. A primeira reunião, marcada para o dia 27/5, foi cancelada por Souza após os pais de Filipe manifestarem o interesse de assistir aos trabalhos. O pedido foi negado, e os advogados contratados pela família comunicaram então que, de posse de uma procuração dos pais, participariam da sessão. Souza não marcou uma nova data e dias depois formalizou o seu afastamento.

O professor foi procurado para falar sobre as razões de sua decisão, mas não deu retorno aos pedidos do *Informativo Adusp*. A

assessoria de imprensa da Reitoria também não respondeu à reportagem sobre o pedido da Poli de instauração de uma nova sindicância pela própria Reitoria.

A investigação da morte de Filipe está a cargo do 93º Distrito Policial, no Jaguaré, que vem colhendo depoimentos. Peritos do Instituto de Criminalística também já estiveram na Poli em três ocasiões para coleta de provas que vão subsidiar um laudo a ser anexado ao inquérito.

“Fato ocorrido”. A portaria que criou a comissão determinava a instauração de sindicância “para apurar circunstâncias e responsabilidades sobre o fato ocorrido, no dia 30/4/2019, com o aluno de graduação Filipe Varea Leme, nas dependências desta Escola”. A frieza com que a Poli conduz o assunto (“fato ocorrido” é um dos exemplos) provocou muitas críticas na FFLCH.

O estudante, de 21 anos, estava no nono semestre do curso de bacharelado e havia iniciado a licenciatura. Era monitor no Serviço Técnico de Informática da Poli. No dia 30/4, trabalhava numa mudança interna, auxiliado por um colega. Ambos transportaram um armário cheio de livros até um elevador para portadores de deficiência. O colega não entrou, pois não havia espaço para duas pessoas e o móvel. O elevador não teria sustentado o peso, e o armário caiu em cima de Filipe.

No dia em que o jovem morreu, a Reitoria emitiu a seguinte nota conjunta com a Poli e a FFLCH: “A Universidade de São Paulo, por meio da Escola Politécnica (Poli) e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), lamentam profundamente o falecimento do estudante de Geografia e monitor da Poli, Filipe Varea Leme. A Direção da Poli ressalta que preza pela adoção das medidas de segurança necessárias para a rotina do trabalho dentro de suas de-

pendências. A Escola informa, ainda, que prestará todos os esclarecimentos necessários para a elucidação dos fatos junto às autoridades competentes. Neste momento de profunda dor, a Universidade se solidariza com familiares, amigos e toda a comunidade acadêmica. O Escritório de Saúde Mental da Universidade está prestando apoio à família”.

No dia 3/5, a direção da Poli divulgou uma nota própria de pesar, publicada no site da escola na Internet, na qual afirma que “os docentes, funcionários técnicos e administrativos e alunos da Escola Politécnica (Poli) da USP reafirmam sua solidariedade e respeito à família do jovem Filipe Varea Leme, à comunidade universitária da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e a toda a Universidade”.

Homenagem no DG. A memória de Filipe foi homenageada por alunos, professores e funcionários do DG da FFLCH, que se reuniram com essa finalidade em 2/5 no Auditório Milton Santos. O *Informativo Adusp* acompanhou a reunião realizada à tarde no auditório Milton Santos. Um segundo encontro foi realizado à noite. Na abertura, a professora Sueli Furlan ressaltou que aquele seria um momento de reflexão e acolhimento da dor e do luto da comunidade pela morte de Filipe.

“Queremos acolher a todos vocês, reconhecer que a nossa dor é profunda e que não seria possível, no dia seguinte ao velório e ao enterro, ter aula e estar aqui como se fosse um dia normal”, disse.

“Sempre falo para os meus alunos que eles têm que viver a USP, e o Filipe vivia – nas aulas, no Centro de Estudos Geográficos Capistrano de Abreu (CEGE), na Atlética, em tudo”, comentou a professora Glória da Anunciação Alves. Os alunos do time de vôlei compareceram uniformizados ao velório, realizado na quarta-feira (1/5) no cemitério do Araçá. O sepultamento ocorreu no cemitério da Lapa.

“No velório, o pai do Filipe me disse que havia sido uma honra ter sido seu pai por 21 anos. Para mim também foi uma honra ter sido professora dele”, disse Marta Inez Medeiros Marques, que foi orientadora de Iniciação Científica do estudante. Ela solicitou que os amigos mais próximos “apoiem a família de

Filipe da maneira que for possível”.

A vice-chefe do DG, professora Valéria de Marcos, fez várias críticas à Poli: “Acordei ontem com um peso gigante pelo silêncio que vem do outro lado [a Poli]. Soubemos da notícia pelos nossos estudantes. Do outro lado, falta humanidade no sentido de acolher, de estar com a gente. Precisamos de uma explicação. Não dá para ficar com esse silêncio”.

“Inaceitável”. O professor Eduardo Donizeti Girotto abriu sua fala dizendo que “nenhuma mãe ou pai mereceria enterrar um filho, assim como nenhum professor mereceria enterrar um aluno”. Da mesma forma que ocorreu com os docentes, os relatos dos colegas de curso foram marcados por muita emoção, voz embargada e lágrimas. Filipe foi lembrado como um amigo sempre presente, profundamente envolvido com aulas, centro acadêmico, ação política, esporte, festas e eventos como encontros nacionais de estudantes de Geografia.

“A gente perde um grande amigo. Eu vou me lembrar dele do melhor jeito possível quando fechar os olhos”, disse uma aluna. “Ele iria ser um grande geógrafo e um grande professor. Eu lamento muito pelos que não serão alunos dele”, afirmou outra colega (as alunas preferiram não se identificar para o *Informativo Adusp*).

A diretora da FFLCH, Maria Arminda do Nascimento Arruda, e o vice, Paulo Martins, participaram da reunião. Maria Arminda, também profundamente emocionada, relatou que recebeu um telefonema da diretora da Poli apenas no final da tarde da terça-feira (30/4) comunicando o ocorrido. “O que fiz na hora foi ficar em profundo silêncio. Fiquei chocada”, disse. Em telefonema a seguir ao reitor da USP, Vahan Agopyan, a diretora disse que queria “não apenas fazer um protesto muito veemente, mas dizer que a faculdade não aceitava o que estava acontecendo”.

“Isso é inaceitável, e a nossa indignação tem vários motivos. Primeiro, a universidade é o lugar da educação. Segundo, a universidade é o lugar do acolhimento. Terceiro, não admito que ninguém desta casa seja tratado de um jeito que não deve ser tratado”, afirmou.